

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de São Domingos do Azeitão/MA, no uso de suas atribuições legais, vem manifestar-se, no sentido da **Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de software para gestão de pessoal, gestão de controle interno, gestão de contratos e convênios e serviços de hospedagem via Nuvem**, referente ao processo a seguir discriminado, de acordo com o disposto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos e razões abaixo apresentadas:

- **Justificativa:** art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.
- **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de software para gestão de pessoal, gestão de controle interno, gestão de contratos e convênios e serviços de hospedagem via *Nuvem*.
- **Contratante:** Município de São Domingos do Azeitão/MA.
- **Contratada:** FENIX.COM - CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 01.141.809/0001-04.
- **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses.
- **Valor do Contrato:** R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

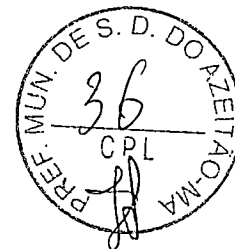
1. RELATÓRIO

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos deu-se início ao processo por meio do Documento de formalização da demanda, visando à contratação por Dispensa de Licitação.

Ao receber o pedido, a Comissão Permanente de Licitação, encaminhou os autos para o Departamento de Contabilidade para que fosse indicada a informação orçamentária pela qual irão correr as despesas, informação esta que foi devidamente prestada pelo setor competente.

A aquisição dos serviços solicitados enquadra-se na situação de dispensa de licitação, prescrita no Inc. II do Art. 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021

Justifica-se a presente contratação direta, com base na Lei de Licitações, mais precisamente no art. 75 inc. II da referida norma. A Administração pública possui a discricionariedade de busca para adotar a modalidade de contratação que se mostre



conveniente e que atenda a todas as finalidades desta municipalidade, logicamente, com amparo na legislação pertinente. Não bastando a isso é dever da administração pautar-se nos princípios que regem a administração pública, principalmente os da conveniência, oportunidade, economicidade e legalidade. No caso em apresso, a administração pública, verificou-se ser a melhor modalidade licitatória.

Da instrução destes autos constam ainda:

- DFD;
- Termo de Referência;
- Decreto que regulamenta a Lei 14.133/2021;
- Pesquisa de Preços;
- Autorização para abertura do Procedimento Administrativo;
- Dotação Orçamentária;
- Autuação do Processo;

É o relatório, opina-se.

2. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Atendidas todas as formalidades preliminares, registra-se que se deve utilizar a Lei Geral de Licitações. Registra-se ainda, que o art. 75, II do Novo Estatuto Licitatório disciplina a Dispensa de licitação e estabelece o seguinte:

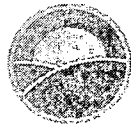
Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras. Alteração dada pelo Decreto nº 10.922, de 2021).

Colaciona-se, portanto, as pretensões da Administração Municipal com os elementos caracterizadores da contratação direta.

A razão da escolha do fornecedor se dá pela oferta do **menor orçamento ofertado**, em **R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)** pela empresa **FENIX.COM - CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA** inscrita no CNPJ: 01.141.809/0001-04.

Além disto, a escolha do referido fornecedor, justifica-se por atender ao objeto solicitado e **ter ofertado preços menor que da pesquisa de preços**, conforme comprovação de documentação juntada ao presente processo.



Justifica-se ainda a contratação direta da referida empresa por se tratar de dispensa de licitação para contratação de serviços/bens, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Por fim, **verificamos a legalidade da contratação.**

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO


O preço dos serviços/bens no valor de **R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**, encontra-se dentro dos preços praticados no mercado e dentro dos parâmetros de estimativa de preços realizado constante no Termo de Referência.

Preenchidas estão, pois, as condições para a contratação, com dispensa de licitação com base no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta deste processo de Dispensa de Licitação nº 017/2022, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.


Assim sendo, requer esta Comissão à emissão de parecer jurídico por essa Assessoria Jurídica quanto à pretendida contratação, bem como a aprovação da minuta de contrato a ser firmado.

São Domingos do Azeitão/MA, 18 de abril de 2022.


Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL


Luzivaldo Ferreira Sandes
Membro


Irisvaldo Ferreira da Silva
Membro


Raylla Maciel da Silva
Membro